
Castilho e a Geração de 70: um “cancelamento” a ser revisto

*Castilho and the 70s Generation: a “cancellation to be
reviewed*

Ana Comandulli

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / RGPL / CEC-FLUL

Ida Alves

Universidade Federal Fluminense / CNPq / RGPL

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2025.n54a1386>

RESUMO

Entender a cultura atual do cancelamento nas redes eletrônicas é uma tarefa que vem ocupando diversos pesquisadores interdisciplinares contemporâneos. No entanto, a prática do cancelamento não é algo exatamente original do século XXI, já que ocorreu em outros momentos da história cultural, apenas sob outras nomeações e práticas temporais. No âmbito da Literatura Portuguesa, por exemplo, há um caso duradouro de cancelamento que diz respeito ao escritor oitocentista António Feliciano de Castilho (1800-1875), que hoje ninguém mais lê e é considerado taxativamente como uma figura literária medíocre. Cancelamento, no campo literário, significa apagamento, esquecimento, rasura e censura. O caso de Castilho é interessante para pensar como esses processos eram promovidos no passado em que imperava apenas a palavra escrita circulante em

livros, jornais e revistas, e quais eram os procedimentos críticos, sociais e mesmo políticos que sustentariam essas formas de cancelamento.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura do cancelamento; António Feliciano de Castilho; Teófilo Braga; Sociabilidades; Educação popular; Escrita feminina.

ABSTRACT

Understanding the current culture of cancellation on electronic networks is a task that has occupied many contemporary researchers. However, the practice of cancellation is not new, as it has occurred at other times in cultural history, just under different names. In the field of Portuguese literature, for example, there is an enduring case of cancellation that concerns the 19th century writer António Feliciano de Castilho (1800-1875), who today no one reads anymore and is considered to be a mediocre literary figure. Cancellation, in the literary field, means erasure, forgetting, erasure and censorship. Castilho's case is interesting for thinking about how these processes were promoted in the past, when only the written word circulating in books, newspapers and magazines prevailed, and what were the critical, social and even political procedures that would support these forms of cancellation.

KEYWORDS: Culture of cancellation; António Feliciano de Castilho; Teófilo Braga; Sociability; Popular culture; Women's writing.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, tem-se tornado comum falar de uma prática de “cancelamento” de pessoas, nas redes sociais. Trata-se, a *grosso modo*, de uma denominação contemporânea para explicar modos de atacar ou silenciar opiniões alheias divergentes sobretudo em relação a temas muito polarizados, tais como a política, o racismo e o identitarismo. Alguém pode ser “cancelado” pela opinião pública das redes eletrônicas por ir contra certo ponto de vista, por não seguir determinados discursos dominantes, por não ser “politicamente correto”. As discordâncias e os radicalismos são costumeiramente amplificados nas redes sociais, levando, muitas vezes, ao linchamento virtual

(“cancelar” a pessoa) e até ataques físicos inusitados em ambientes públicos. É um tema que ainda está em análise social e cultural no campo da compreensão dos efeitos das redes sociais eletrônicas sobre as pessoas e seus comportamentos na atualidade.

Mas, se olharmos para trás, mesmo para outros séculos, uma prática de “cancelamento”, com outras denominações e modos de realização, não é exatamente uma novidade do século XXI. Por exemplo, também no século XIX, ocorria a desvalorização de escritores e outras figuras públicas pelo não reconhecimento de sua atuação, pela crítica negativa em jornais e revistas, até mesmo com o uso de caricaturas e outros ataques discursivos que menosprezavam a produção da pessoa visada¹. Por isso, a proposta deste texto é demonstrar como o século XIX português, com suas muitas polêmicas e contradições sociais, políticas e literárias, externadas exemplarmente na imprensa escrita da época, levou um escritor português tão afamado em sua época a ser completamente negado e silenciado a partir de sua velhice e morte. Trataremos aqui de um autor considerado, dos finais do século XIX até agora, com raríssimas exceções, como um medíocre e desimportante, talvez o mais desprestigiado e propositalmente esquecido ou desvalorizado no panorama da Literatura Portuguesa: António Feliciano de Castilho.

¹ Um exemplo relacionado a gênero, na Literatura Oitocentista Portuguesa, é a crítica feita por Camilo Castelo Branco ao grande número de publicações que a escritora portuense, Maria Peregrina de Sousa, fazia. Isso está no livro camiliano intitulado jocosamente, e com certa ironia também a livro de Almeida Garrett (*Folhas Caídas*, 1853): *Folhas caídas apanhadas na lama por um antigo juiz das almas de campanha e sócio actual da assemblea portuense, com exercício no palheiro. Obra de quatro vitens e muita instrução* (1854). É um pequeno conjunto de poemas satíricos. A parte sobre a referida escritora tem a seguinte dedicatória: “A uma dama, prodígio de fecundidade, que dá à luz três romances, por semana, nos jornaes do Porto”.

No século XIX português, no campo literário, figuras dominavam o ambiente intelectual e criavam ou participavam de redes de sociabilidade unidas pelos mesmos interesses ou mentalidades. Escritores buscavam publicar suas obras em periódicos que, vendidos a preços módicos, faziam com que seus nomes circulassem por meio de leituras em núcleos familiares ou sociais. Os jornais e revistas divulgavam suas obras. Tratava-se de um circuito restrito numa sociedade em que o analfabetismo era de alto percentual: uma elite gozava dos privilégios da cultura e estava de forma preponderante relacionada ao sistema monárquico. Logo no início do século XIX, surgiram dois expoentes do romantismo português, Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877), que iriam alcançar, ainda jovens, um papel político bastante forte e seriam reconhecidos, a partir daí, como nomes fundamentais da cultura portuguesa. Uma terceira figura, tão presente quanto essas no contexto cultural português da época, foi o escritor António Feliciano de Castilho (1800-1875), o qual, também desde a juvenília, foi reconhecido como talentoso. Ao longo da vida relativamente longa que teve, foi bastante enaltecido por suas obras e atividades em diferentes áreas, como a educação, a imprensa, a história, a tradução e a cultura literária. No entanto, na segunda metade do século, outros valores se firmaram, tanto na sociedade como na arte, e Castilho sofrerá, por meio de uma nova geração de artistas (conhecida como a “Geração de 70”), um duro processo de apagamento que talvez seja o mais definitivo da Literatura Portuguesa. Vale recordá-lo aqui, para avaliá-lo criticamente.

EMBATE ENTRE GERAÇÕES

Na segunda parte de sua vida, Castilho foi uma figura ferozmente atacada no âmbito da *Questão Coimbrã* (1865), tão famosa no campo literário português, e a partir daí sofrerá um processo demolidor de sua trajetória de escritor e mesmo de mediador cultural, que sempre foi. A oposição entre Antero de Quental e Castilho, sustentada por

outras figuras que então ganhavam importância no cenário literário português, como os realistas, representava o confronto entre valores estéticos e políticos nos últimos quarenta anos do século XIX, em Portugal. A mão que definitivamente “cancelou” Castilho para a posteridade, sem dúvida, foi a de Teófilo Braga² (1843-1924), formado na Universidade de Coimbra, escritor, filólogo, professor e político que atingiu grande prestígio no seu tempo. No seu folheto *Theocracias Literárias – Relance sobre o Estado Actual da Literatura Portuguesa* (1865), solidarizou-se com Quental, criticando totalmente os trajetos e produções literárias de Castilho.

Nos anos 1870, Joaquim Teófilo Fernandes Braga tornou-se Lente da cadeira de Literatura Moderna do Curso Superior de Letras e sua carreira pessoal não se deteve apenas no campo literário. Nascido em Ponta Delgada, nos Açores, em 1843, assumiu um projeto político que foi sendo formulado desde o início do movimento republicano português, em 1876, até a vitória republicana de 1910, com a constituição da I República Portuguesa (1910-1926). Suas ideias foram sistematizadas na obra *História das ideias republicanas de Portugal*, de 1880³. Conforme nos explica Amadeu Carvalho Homem (2009), Teófilo Braga tinha uma concepção republicana devedora do pensamento liberal romântico, segundo o qual a ideia de nação etnocultural estava atrelada à ideia de nação cívica política, com um perfil

² Nas citações de textos originais, conservamos a grafia da época. Teófilo Braga esteve sempre ao lado de Antero de Quental, na defesa de uma poesia nova. Politicamente, sua orientação política era republicana. Cf. Soares (1950, p. 4).

³ Na obra *Soluções positivas da politica portuguesa* (1912-1913), recolheu e ordenou opúsculos e textos editados entre os anos de 1879 e 1881. Publicado em dois volumes pela Livraria Lello, do Porto. Exerceu o cargo de Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa, entre outubro de 1910 e agosto de 1911.

democrático aberto à possibilidade de um governo representativo parlamentar.

Teófilo Braga não chegou, pós-República, ao posto de Presidente do Governo Provisório de Portugal (1910-1911) por acaso. Muitas foram as suas batalhas sociais, literárias e políticas, mas talvez a mais conhecida seja a já referida *Questão Coimbrã* (1865) contra os valores da tradição clássica/romântica concretizada pela rede de sociabilidade mantida por António Feliciano de Castilho. De forma muito resumida, já que se trata de assunto bastante comentado nos estudos literários portugueses da segunda metade do oitocentos, a questão se torna mais visível⁴ na carta aberta de Antero de Quental criticando de forma veemente e – mesmo desrespeitosa – o velho Castilho. A manifestação anterior, defendendo uma poesia moderna contra a visão antiga castilhiana, será apoiada sobremaneira por Teófilo Braga e outros companheiros de geração. Esse grupo de intelectuais, então já licenciados, formam, em Lisboa, um grupo mais alargado, o *Cenáculo*, que, anos depois, em 1871, irá organizar uma série de conferências que ficariam conhecidas como “Conferências do Casino”, em que procuravam debater Portugal a par dos movimentos europeus.

No já referido opúsculo *Theocracias literárias*, escreve Teófilo Braga sobre Castilho, vaticinando o seu “cancelamento” (*avant la lettre...*):

digamos a verdade toda. O sr. Castilho deve a sua celebridade à infelicidade de ser cego. O que se espera de um cego? Apenas habilitade. É uma celebridade triste porque tem origem na compaixão, e a compaixão fatiga-se. A primeira vez que o seu nome foi citado em um trabalho litterario em Paris, no Parnaso Luzitano, era

⁴ O início é anterior, na “Conversação preambular” de Castilho publicada no *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, em 1862.

d'esta circumstancia que tirava os motivos da admiração o sabio auctor d'aquelle esboço de historia litteraria. Foi tambem a inspição de Victor Hugo em um pequeno distico, quando retribuiu com a immortalidade as palavras injustas contra a Notre Dame.

O publico tem direito a que lhe respeitem uma celebridade que fez. É de razão. Mas como se fez esta celebridade? Do mesmo modo que os insectos formaram a enorme cordilheira dos Andes, como a defecação dos passaros, que emigram, forma ilhas no meio do mar. Com o tempo. A primeira impressão que as obras d'este auctor causaram, quando appareceram, foi boa; era preciso animar a formação da litteratura. Lia-se apenas *O Feliz Independente*.

Esta impressão tem-se transmittido tradicionalmente, porque a raridade das edições, que ha um anno se reproduzem, não deixou assignar-lhe ainda o seu valor actual. **A reputação do sr. Castilho acaba com a sua vida; é a luz que se apaga consigo; nenhum dos seus livros vae á posteridade**, porque a posteridade, sempre impassivel, aceita sómente o que exerceu uma influencia sobre uma epoca. Hoje fala-se ainda nas *Epistolae Obscurorum Virorum*, do cavalleiro de Hutten, porque foi o primeiro passo para a secularisação das letras antes da Reforma. **Depois da morte do auctor da Primavera, conclue-se evidentemente que, nem mais um volume se tornará a imprimir** (Braga, 1865, p. 8, grifos nossos).

Passados quinze anos, Teófilo Braga, no capítulo dedicado exclusivamente a António Feliciano de Castilho, em seu livro *A historia do romantismo em Portugal* (1880), desqualificará o poeta da *Primavera* a ponto de afirmar que “todos os defeitos dos ultimos escriptores acham-se n'elle” (Braga, 1880, p. 474). O capítulo de Teófilo Braga enterra folha a folha, frase a frase, o combalido poeta já falecido em 1875. Revisando a vida de Castilho, o crítico praticamente nada perdoa, questionando negativamente todas as suas ações e projetos de vida ou literários. Analisa negativamente praticamente tudo o que foi escrito por Castilho, salvando apenas o *Camões* (drama, 1849), por

considerar uma obra irretocável e melhor do que a de Garrett, mas essa observação não chega a ocupar uma folha, fazendo um leitor desatento apreender apenas que tudo oriundo da pena de Castilho era de baixa ou nenhuma qualidade. Teófilo Braga vai ao máximo da execração quando escreve, já quase ao fim do capítulo: “o juízo acerca do seu merito se resume em uma palavra, que se conservará como a fórmula definitiva de sua individualidade litteraria: – era um árcade phostumo” (Braga, 1880, p. 491).

Ainda no acapitulado fatídico, Teófilo Braga afirma que a ideia do grupo do “*Elogio Mutuo*”, criado por Castilho, é um atentado “contra a patria, contra a ordem politica, e até contra a moral” (Braga, 1880, p. 494). A expressão destacada em itálico pelo crítico é uma referência clara à carta enviada por Antero de Quental a António Feliciano de Castilho, intitulada *Bom senso e bom gosto*, de 1865, na qual criticara, veementemente, o apoio que Castilho dava a certos poetas, afirmando que os grandes homens não saíam, dentre outros, das arcádias ou “dos corrilhos do elogio mutuo” (Braga, 1880, p. 10). Antero foi a voz discordante de sua geração à carta enviada⁵ por Castilho aos editores do *Poema da Mocidade* (1863), de Pinheiro Chagas, no qual teria feito críticas à poesia ininteligível, ao aparato filosófico e aos novos modelos literários do grupo de poetas e escritores de Coimbra, entre os quais estavam Antero de Quental e Teófilo Braga.

Mais do que apontar as qualidades poéticas, Castilho queria demonstrar a pertinência de Pinheiro Chagas para ocupar o cargo de professor⁶ no Curso Superior de Letras, em Lisboa. A nova cadeira

⁵ Cf. Castilho (1865, p. 181-243).

⁶ A história registra que D. Pedro V, ao criar as cadeiras do Curso Superior de Letras de Lisboa (1858), ofereceu a Castilho a cadeira de Literatura Portuguesa, que o escritor não aceitou. Para sua ocupação deveria ser feito um concurso, como previa a lei de criação.

de Literatura Moderna, criada por D. Pedro V, deveria ter um perfil eclético, exigia uma espécie de “abelha lucreciana” (Castilho, 1865, p. 206). Mas em carta ao Barão do Bom Retiro, que estava no Brasil, Castilho queixa-se de que o concurso teria ocorrido de maneira desigual:

concorreram para esta decisão inigual e torpemente estúpida, influencias de protecções secretas, ameaças aos julgadores e agressão a uma platea de rapazes, alunos da Politechnica e outras escolas conjuradas sob o titulo de Federação Academica e inimigos jurados, professos e empavidos de todos os principios religiosos, moraes, sociais e artisticos mais assentes no consenso de genero humano. Para este pandemonium é um semideus o Theophilo, materialista declarado, partidario da comuna em todos os artigos de seu credo, negador acintoso de tudo quanto são glorias do passado, presunçoso e vaidoso como Lucifer, mas que a poder de se apregoar a si mesmo de grande homem e pela calculada velhacaria de escrever sempre de modo oracular e ininteligível, de inventar historia e de falsificar critica, tem conseguido entre os idiotas uma celebridade já hoje incontestavel e não sei se destructivel⁷.

Portanto, do ponto de vista de Castilho, ao inventar histórias e falsificar críticas e ser “uma celebridade incontestável”, conseguiu Teófilo Braga ascender ao título de professor do Curso de Letras. Braga utilizou o artifício do “elogio mútuo” a seu favor para alcançar o seu objetivo, confirmado por ele no capítulo sobre Castilho, ao afirmar que o romance, a poesia e a crítica literária estão renovados em função da geração de “novos obreiros d’esta nova orientação” (Braga, 1880, p. 515).

⁷ BR/Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, s/n.

Já Antero de Quental, em sua carta provocadora da *Questão Coimbrã, Bom senso e bom gosto* (1865), afirmara que os poetas são aqueles “originaes e dizem sempre cousa nova á nossa curiosidade de saber” e não aqueles “apostolos do dicionario” que “têm por evangelho o tratado de metrificação” (Quental, 1865, p. 9). Para o trabalho de um bom poeta, Quental defendia que se querem os grandes homens, e estes não podem sair das academias literárias, das arcádias ou dos “corrilhos dos elogios mútuos” (Quental, 1865, p. 10).

Essa carta aberta ia muito além da animosidade ao velho Castilho. Manifestava-se aí um horizonte de pensamento sobre Portugal e a Península Ibérica, que passaram anos de atrasos como resultado da Inquisição. Antero, como outros da sua geração, pensava sobre a decadência desse espaço geográfico. Logo, essa geração via Castilho como representante do velho espírito monárquico, herdeiro do horror ao trabalho e com total desprezo pela indústria. Ainda em sua carta, Antero de Quental aponta para um século XIX que já não acreditava nos dogmas católicos, mas continuava a falhar na liberdade. De fato, Quental referia o que acontecera no mundo, buscando par também na Reforma Epicospal, para a qual a conciliação entre católicos e protestantes seria um grande objetivo, deixando, dessa forma, cair por terra a opinião absolutista do papado e da ortodoxia.

A carta do *Bom senso e bom gosto* (1865) é um ataque que vai além do velho poeta Castilho, e foi secundada por Teófilo Braga, com menos brilho do que Antero, mas com um discurso contundente de análise que arruinou literariamente, livro a livro, tradução a tradução, todo o trabalho do homem proecto que tanto agira pela profissão de escritor. Além disso, não podemos esquecer que Castilho era praticamente cego desde criança, após grave enfermidade, e que essa situação física o impedia de uma atuação mais livre de apoio familiar ou de amigos. Nem mesmo conseguiu, no contexto das lutas liberais, como Alexandre Herculano e Almeida Garrett, ir para o exílio no exterior, limitando-se a refugiar-se na Castanheira do Vouga,

onde seu irmão era pároco. Nem a essa condição Teófilo poupou suas críticas.

Entretanto, António Ribeiro dos Santos (1992a) registra ter o próprio Antero recebido apoio de Castilho em sarau acadêmico na cidade de Coimbra, no ano de 1863; por isso, “não poderia ter esquecido em poucos anos, por mais agitados que tivessem sido, o verdadeiro apostolado social de Castilho – de que fora testemunha e beneficiário, em S. Miguel e em Lisboa – nem a própria admiração pela obra do velho pedagogo” (Santos, 1992a, p. 41).

A animosidade entre o velho poeta e o grupo jovem de Coimbra ia além de questões literárias, pois invadia o domínio do poder e de posições políticas. Castilho foi monarquista, mas de índole liberal, um homem aberto a inovações. Em seus salões, passaram artistas de toda forma, qualidade e gênero, e seu trabalho múltiplo no campo da cultura mostra certas ideias e posicionamentos⁸ que podem assegurar que Castilho era, algumas vezes e nos limites de seu contexto de vida, um homem receptivo às novidades técnicas e um idealista.

ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO E SEUS PROJETOS MENOSPREGADOS

Em Portugal, as mudanças sociais, políticas e, sobretudo, literárias não se deram da mesma forma e nem na mesma velocidade do que nos demais países da Europa. As sucessivas revoluções portuguesas não resolveram os problemas da massa camponesa nem no que se re-

⁸ Na correspondência de Castilho a Camilo Castelo Branco, parcialmente inédita, existente no acervo de manuscritos do Real Gabinete Português de Leitura, podemos acompanhar, ao longo dos anos, o cotidiano do escritor, seus projetos, suas ideias, seu entusiasmo e dedicação ao literário e aos amigos. Sobre a Questão Coimbrã, as cartas revelam como recebeu as críticas e como atuou na polêmica. Sobre essa correspondência, ver Alves e Cruz (2014).

fere à agricultura, nem no que tange à carência de um sistema efetivo de alfabetização. Os intelectuais oitocentistas compreendiam a importância de ampliar seu discurso para além das fronteiras de seu país, acrescentando conteúdo à forma, na busca da transformação social.

Ao mesmo tempo que transcorriam as guerras civis, o público leitor ia se alargando, provocando a conseqüente transformação dos impressos, desde a produção até a distribuição. As lutas para melhoria da qualidade de ensino ampliam-se, e o espírito liberal toma conta dos intelectuais, fazendo com que cada vez mais fossem indissociáveis a política e a cultura. O incremento tecnológico com novas máquinas e o desenvolvimento da tipografia provocaram uma avalanche de novos empreendedores e investidores, como as livrarias e editoras que até então dominavam a Itália e a França, passam também a concorrer em Portugal. Castilho, que a tudo assistiu, conjugou este tempo como “presente avesso do pretérito” (Castilho, 1837, p.16), mesmo sendo um entusiasta de novidades técnicas, teve desconfiança dos movimentos de progresso. Mas a história tem demonstrado fartamente que nem sempre aqueles que interpõem algumas críticas à marcha da civilização representam necessariamente o atraso. Sem ignorar o progresso que se apresentava, a visão castilhiana aponta para o liame indissociável entre o estado literário e o estado social, por serem esses dois domínios como alma e corpo. Castilho criticava a forma como o progresso se impunha em uma sociedade despreparada educacionalmente.

Desde a juventude, o poeta entendeu que deveria buscar a perfeição como bússola de um indivíduo, unindo sempre a cabeça e o coração. A missão do escritor era, do seu ponto de vista, manter a ligação entre o passado e o presente, para legar ao futuro o que de boa produção houvesse, pois a Literatura não era mais algo simplesmente lúdico, tinha passado a ser um ofício, uma profissão. A liber-

dade deveria ser intrínseca à igualdade, o que não acontecia até certa altura em Portugal.

É bom ressaltar que, para esse escritor, a ideia do apoio mútuo, no campo cultural, ia além da divulgação pontual de autores do seu círculo; o objetivo era observar e fomentar o mercado das letras e a profissão literária, além da preocupação com o público, a crítica, o comércio e a circulação de livros. Desde o início de sua vida como escritor, Castilho identifica um problema na arte de viver da pena em uma sociedade cuja crítica dura, e nem sempre fiel ou verdadeira, aliava-se à inoperância da lei de propriedade literária, cedendo cada vez mais espaço à contrafação.

A questão da propriedade literária, por exemplo, sempre foi analisada com seriedade em países como a Inglaterra e a França. Em Portugal, esse assunto somente começa a tomar corpo quando Almeida Garrett apresenta à Câmara dos Deputados seu Projeto de Lei, em Sessão de 18 de maio de 1839; projeto que só virou lei em 12 de junho de 1851. É bem verdade que o direito de propriedade em geral já havia sido consignado na Constituição de 1822, em seu Artigo 6º:

a propriedade é um direito sagrado e inviolável, que tem qualquer Portuguez, de dispor sua vontade de todos os seus bens, segundo as leis. Quando por alguma razão de necessidade pública e urgente, for preciso que ele seja privado deste direito, será primeiramente indenizado, nas formas que as leis estabelecerem (Portugal, 1822, p. 7).

A Constituição de 1838 ajusta o Artigo⁹, dá-lhe o número de 23 e divide em parágrafos. O último passa a abranger também a proprie-

⁹ Redação modificada: “é garantido o direito de propriedade. Com tudo, se o bem publico, legalmente verificado, exigir o emprêgo ou damnificação de qual-

dade literária: “garante-se aos inventores a propriedade literária de suas descobertas, e aos escriptores a de seus escriptos, pelo tempo e na fôrma que a lei determinar” (Portugal, 1838, p. 7). Esse artigo amplia o caráter de dispor das coisas de modo mais absoluto, causando impacto no mercado literário, tanto que a proposta de Garrett pode ser entendida como bastante arrojada, pois defendia a emancipação do produtor cultural relativo ao sistema de favor, exatamente como era o antigo mecenato, regularizando as formas de inserção no mercado do produto cultural. Garrett (2016, p. 3) propunha grandes alianças internacionais para “destruir a piratagem dos *contrafeições* que roubam o suor da industria, o preço da saude, muitas vezes da vida do sabio e do artista – que amiudo tem eles pago com a vida, as grandes obras que fazem a gloria de uma nacção”¹⁰. Em 1851, ano em que o projeto de Garrett foi sancionado, Alexandre Herculano publica uma carta, sob o título “Da propriedade litteraria e da recente convenção com França”¹¹, discordando das posições da lei que acabara de ser promulgada:

Enganaria aos meus concidadãos; enganaria a v.ex^a se com o silencio dêsse a minha fraca sanção á doutrina da propriedade lit-

gur propriedade, será o proprietário previamente indenizado. Nos casos de extrema e urgente necessidade, poderá o proprietário ser indenizado depois da expropriação u daminificação” (Portugal, 1838, p. 7).

¹⁰ Extracto do discurso de apresentação do “Projecto de Lei sobre a propriedade Litteraria e artística” apresentado por J. B. de Almeida Garrett, Deputado pela Terceira, à Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa, em 18 de maio de 1839. Cf. Garrett (2016, 2-3).

¹¹ Alexandre Herculano acreditava que o autor deveria receber apenas uma vez, enquanto Garrett, ao assinar o acordo com a França, a cada vez que houvesse nova edição todos receberiam por ela. Na verdade, Herculano era contrário a essa posição por entender que os autores franceses receberiam mais porque publicavam mais.

teraria, a qual considero mais que disputavel, ou á convenção com França, que, além de consagrar opiniões que reputo profundamente inexactas, e prejudicialissima por diversos modos aos interesses da nossa terra (Herculano, 1851, p. 3).

A discussão da autoria literária estava efervescendo, nos anos 30 e 40 desse século. Castilho, então, anuncia, no nº 47 da *Revista Universal Lisbonense*, a criação da *Livraria Clássica Portuguesa* ou “collecção do melhor do que nos principaes escriptores portugueses, assim prosadores como poetas se encontra, por António Feliciano de Castilho, e José Feliciano de Castilho”, cujos volumes sairiam com intervalo de oito dias. As impressões seguiriam a seguinte ordem: primeiro, alternadamente, os melhores prosadores e os melhores poetas, “em cada prosador e em cada poeta, só se aproveitará a nata e o beijinho de seus escriptos” (Livraria [...], 1845, p. 570). Desses seriam feitos um tomo ou mais, “com formato de 32¹² e leitura cheia” (Livraria [...], 1845, p. 570), a um preço de 420 réis¹³. Compunham ainda o tomo, excertos críticos dos autores e da obra. Com isto, esperavam os irmãos, criadores da *Livraria*, em primeiro lugar favorecer a leitura sequencial de “coisas sempre formosas e aprasiveis” (Livraria [...], 1845, p. 570) e, em segundo, oferecer os livros por preços tão baixos que possíveis para serem adquiridos.

Este tipo de publicação modernizou os livros clássicos, tornando-os mais atraentes, ampliando o conhecimento literário, dos consumidores mais abastados até os medianos. O sucesso da “livraria” foi

¹² O formato 32 tem a medida de 12 x 16,5 cm.

¹³ Em 1841, a assinatura de 12 números da *Revista Universal Lisbonense* era de 480 reis, segundo consta da coluna “Publicações Literárias”, do periódico *O Defensor do Athleta*, datado de 26 de agosto de 1841. Comparativamente o preço do livro da coleção proposta por Castilho seria menor do que a revista de variedades e literatura da qual também era editor.

tanto que, no ano seguinte, em 1846, os irmãos Castilho apresentaram uma coleção das obras de Camões, com preços baixos, acessíveis ao público em geral, de forma a conquistar quem consumia os jornais, por serem mais baratos, um público essencialmente urbano, frequentador dos teatros. Se o teatro exercia poder de fascinação, os jornais e periódicos traziam matérias e ilustrações das mais variadas, caso da *Revista Universal Lisbonense*, que esteve sob a direção de António Feliciano de Castilho de janeiro de 1842 a junho de 1845¹⁴. O mercado do livro estava então cerceado e limitado a um diminuto público letrado, necessitando de novas estratégias de ação.

Ainda em relação ao projeto “Livraria Clássica Portuguesa”, os irmãos Castilho lançavam, de oito em oito dias, um volume, a preços módicos, com antologias de Bocage, Manuel Bernardes, Garcia de Resende, entre outros nomes, contendo sempre pequenas biografias dos autores. O formato do livro também foi modificado para algo mais leve e de fácil manuseio, atraindo ainda mais o público que desejava “passatempo e instrução” (Castilho, 1893, p. 248). A Livraria Clássica chegou a imprimir vinte e cinco pequenos volumes. A produção e a difusão do livro popular seriam identificadas no segundo quartel do século XIX como “o surto da *literatura industrial*” (Santos, 1992b, p. 192), pois foi nesse processo de expansão que editores e empresários teatrais entenderam a necessidade de organização profissional do mercado livreiro. Os escritores e poetas são agora, como previra Castilho, operários da arte.

Por outro lado, Castilho tinha uma enorme preocupação quanto ao ensino proposto sobre a Língua e a Literatura Portuguesa feito por estrangeiros, como os que, durante muito tempo, foram realizados por Ferdinand Denis, Bouterweek e Sismonde de Sismondi.

¹⁴ Cf. Cruz (2013).

Preocupação também compartilhada anteriormente por Almeida Garrett, quando em seu exílio em Paris, em 1826, escreve o *Bosquejo da Historia e da Literatura Portuguesa*, prefácio do *Parnaso Lusitano*, organizado por João Pedro Aillaud e publicado em Paris no mesmo ano.

Castilho entendia que a instrução era uma necessidade do povo e dessa ideia nunca abriu mão. Contudo, as transformações no domínio da educação se desenrolam quase sempre de forma lenta, tanto que só em 1834 o regime constitucional criou a primeira comissão de reforma pedagógica do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública do Reino. A dificuldade na mobilidade social era tão séria que até mesmo Alexandre Herculano, defendeu, em 1837, no periódico *O Panorama*, como forma positiva de avanço social, o estudo sem ascensão de classe:

quando desejamos, por exemplo, que os homens, destinados para o exercício da lavoura, para as artes fabris, para os vários misteres da sociedade, *saibam ler*, não queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisto a vida, para virem a ser grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos. Cumpre ter ideias mais justas da instrução que recomendamos, e dos resultados que dela pretendemos obter. O nosso fim é tão somente que cada individuo tenha os meios de empregar, com maior proveito seu e da sociedade, as faculdades, que Deus lhe concedeu: que tenha os recursos, de que pode precisar, em qualquer situação em que a Providencia haja de o colocar (Instrucção [...], 1837, p. 37).

Por sua vez, Castilho apresentou ao governo proposta integrada para Instrução Pública, a qual ensejaria, inclusive, o desenvolvimento cultural. Vejamos suas palavras, escritas na nota de rodapé da edição de 1836 da *Noite do castello*:

a criação de um Conselho Supremo de instrucção publica, a de um Instituto de sciencias phisicas e mathematicas, de Escolas primarias, a de um Conservatorio musico, são, (não serei eu quem o negue) utilissimas. Mas que providencias se hão dado para virmos a ter o tão necessário, e já hoje, tão possível, Diccionario de nossa lingua? Que se tem feito para virmos possuir uma colecção decente e regular dos nossos Classicos, e a tradução dos estranhos? Que auxilios se tem imaginado, para tornar possiveis as impressões de obras bôas, cujos auctores foram indigentes? Que Sociedades propriamente litterarias se tem promovido? Que impulso recebeo ainda o nosso Theatro, para sair do lodo, em que apodrece? A este proposito publique-se, ao menos para desafogo, que desde 9 de Junho de 1834 o Governo possui um Projecto, que lhe eu presentei, pelo qual, sem despeza alguma para o thesouro, elle nos poderia gran-gear um Theatro excellente, edificio, dramas e actores; e ainda até hoje, não achou uma hora de bôa vontade, ou para o mandar executar, ou para o mandar a informar a alguma comissão de peritos na materia, que o terião aperfeiçoado. Veremos se em fim o Conselho Supremo de Instrucção Publica se encarregará de promover cousa tão essencialmente ligada com a mesma instrucção¹⁵; ou se a Camara Municipal, a quem nada esquece, toma a si este cuidado; ou se o Ministerio novo emenda espontaneamente descuido tão vergonhoso. 28 de novembro de 1835 (Castilho, 1836, p. XII-XIV).

Castilho, genuíno mediador cultural para a época, nunca poupou esforços para levar a cabo seus projetos em todos os campos em que

¹⁵ É de se destacar que as tentativas castilhianas de ver seu *Método de Ensino* aceito pelos governos de Portugal e do Brasil foram tantas que, a cada nova edição, incluía ou excluía várias ideias. Assim, a mesma obra adquire, em certa medida, vários títulos. Por exemplo, em 1850, *Methodo para em poucas lições ensinar a ler com recreação*. É de assinalar que, ao longo do século XX, na área de Educação e Pedagogia, há pesquisadores diversos dedicados ao estudo dos métodos de ensino de Castilho, nome que, nesses campos, não foi apagado.

atuou. Na educação, basta lembrar seu *Método de Ensino Mútuo*, escrito nos anos 1840, nos Açores. Posteriormente, seu *Methodo Portuguez* (1853), projeto pelo qual muito trabalhou para divulgar e estabelecer como opção de educação¹⁶. Publicado em quatro edições, entre os anos de 1850 e 1857, foi escrito com assumida vontade pedagógica, em consonância com as diretrizes do pensamento liberal de alargamento da instrução e da alfabetização a camadas mais amplas da sociedade. Mesmo assim, nunca recebeu apoio do Conselho Superior de Instrução Pública do Reino, ainda que Portugal tivesse interesse em diminuir o analfabetismo da sua população e, conseqüentemente, reduzir a diferença em relação aos países mais desenvolvidos da Europa.

A luta para colocar em ação o seu método de alfabetização cobrou um preço muito alto para Castilho. Foi largamente criticado em Portugal e no Brasil, até acusado de interesses econômicos escusos. O governo nunca apoiou o *Methodo* como ensino oficial nas escolas portuguesas, mas ainda assim houve quem reconhecesse o seu valor. Esse reconhecimento pedagógico foi esquecido, mas vale lembrar que Castilho foi o primeiro a discutir o dever de um espaço democrático na educação primária.

Outro campo de ação de Castilho foi o fomento a redes de sociabilidade literária e o fortalecimento do mercado literário. Sempre buscou manter um círculo de amigos interessados na produção da escrita, e isso tinha um objetivo claro: o de propagar tudo o que era criado tanto por ele próprio como por aqueles que orbitavam ao seu redor. Em brevíssima memória, recordemos que, em 1822, ano em que se tornou público o seu primeiro livro de sucesso *A Primavera*, Castilho e seus colegas de Coimbra organizaram um passeio à Lapa

¹⁶ Sobre o tema da alfabetização, e outros, em torno de Castilho, ver excelente documentário da RTP de 02 de agosto de 1975 (Castilho [...]), c2025).

dos Esteios, cujo intuito era recitar versos, mas, segundo consta no prólogo do livro, a euforia da rapaziada acabou por criar a *Sociedade dos Poetas Amigos da Primavera* (Castilho, 1822, p. 109). Os participantes adquiriram pseudônimos árcades¹⁷, tal como acontecia nas arcádias do século XVIII e início do XIX e juraram manter essa união enquanto vida tivessem. A verdade é que um ano depois a *Sociedade* já havia se desfeito.

Mais tarde, em 1836, o escritor funda, então, a *Sociedade dos Amigos das Letras*, mesmo nome da sociedade criada pelo pai, em Coimbra. Eles se reuniam na Rua da Atalaia, com frequência aprovada por toda a “Lisboa litteraria e culta” (Castilho, 1893, p. 949):

aparecem representados condignamente o alto fôro, o ensino superior, a alta litteratura, a alta administração, o alto Clero, as duas Camaras, a Academia, as bellas-Artes, e onde até (progresso visto pela primeira vez, ou poquissimas vezes visto) com os trabalhadores confraternisava o sexo amavel, na pessoa de tres distintas senhoras de Lisboa (Castilho, 1893, p. 949).

A diferença desta sociedade para as anteriores (sim, porque houve outras) é a clareza com que demonstrou interesse em promover reformas e melhoramentos no tratamento da Literatura, com imediata aplicação no âmbito social. A *Sociedade dos Amigos das Letras* pretendia se ramificar nas diversas províncias portuguesas, com o intuito de, sempre que possível, levar aos menores cantos do país as discussões científicas e as transformações de cultura que aconteciam por toda a Europa. Os sócios acreditavam que a participação de todos, incluindo as pessoas que não estavam no burburinho intelectual das grandes cidades, dariam azo a novos matizes de projetos li-

¹⁷ É justo não esquecer que Castilho recebeu enorme influência dos clássicos e sempre os cultivou.

terários. O sucesso dessa sociedade foi o *Jornal dos Amigos das Letras* com tiragem de cinco números, entre os meses de abril e agosto de 1836. No mês seguinte, aconteceu a Revolução de Setembro, quando os membros da sociedade, muito provavelmente estando em lados opostos da política, acabaram por desistir da parceria e do convívio, a ponto de nunca mais tornarem a se reunir. Foi, para Castilho, uma tristeza esse fim, pois ela tinha em seu estatuto a novidade de promover publicações de seus sócios, e, com o dinheiro arrecadado, comprar uma imprensa que editaria os clássicos portugueses a serem vendidos a baixo preço.

Mesmo com a extinção da *Sociedade dos Amigos das Letras*, em 1836, Castilho permaneceu firme e presente em outras sociedades, e foi eleito sócio da Arcádia de Roma, com o nome árcade *Mémnide Eginense*¹⁸, o que demonstra sua articulação com literatos estrangeiros.

Ao mudar-se para os Açores, onde residiu entre os anos 1847 e 1850, Castilho criou a *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel*, que em muito se assemelhava à que fora criada na Lapa dos Esteios, em Coimbra, para o incentivo àqueles poetas ainda não reconhecidos. Nessa sociedade, a diferença estava no apoio dado à indústria local, realizando exposições anuais em que produtos feitos preferencialmente por nativos da ilha, depois por portugueses, ou estrangeiros, desde que de utilidade pública, fossem apresentados para a venda e o consumo, incluindo quadros, serviços em geral como alfaiate, até a feitura de instrumentos cirúrgicos. E isto já nos parece significativo para configurar Castilho como alguém atento ao mundo cotidiano em diferentes níveis sociais.

Literariamente, António Feliciano de Castilho entusiasmava-se ao ver o crescimento das qualidades poéticas dos membros frequen-

¹⁸ *Mémnide* significa senhor na ilha de Egina, uma das ilhas gregas.

tadores da sociedade, agora embaladas pelo poder de um comércio forjado nas reuniões, em que estavam todos em um mesmo lado: autores, produtores e consumidores. É bem verdade que, à altura dos saraus de Ponta Delgada, Castilho tinha também outras intenções, que era a divulgação e implantação do seu *Methodo Castilho*. Mesmo assim, não deixava de ter lógica essa convergência de interesses, já que não é possível haver leitores onde reina o analfabetismo. Nesse mesmo período, soma aos seus trabalhos os livros *Felicidade pela agricultura* (1849) e o drama *Camões* (1849), com dedicatória a D. Pedro II, imperador do Brasil, para tentar convencê-lo a ampliar a aplicação do *Methodo Castilho* no outro lado do Atlântico.

No início do ano de 1856, mais uma vez Castilho inova na criação de uma sociedade: a *Associação Promotora da Educação Popular*, composta, entre outros, por José Maria Grande, o mesmo da *Sociedade dos Amigos da Primavera*, e D. Maria José Canuto. Como iniciativa particular, a *Associação* tinha o compromisso de: criar escolas gratuitas; atrair boa frequência; utilizar um bom método de estudo; manter a higiene do espaço; incentivar alunos e professores por meio de prêmios, sobretudo aqueles que desenvolvessem manuais de instrução; criar escolas itinerantes de forma a atingir os lugarejos mais distantes; promover cursos noturnos; publicar livrinhos e distribuí-los gratuitamente ou pelo preço de custo; e, por fim, proteger os bons professores que já não pudessem atuar em razão de idade ou de doença.

No final do ano de 1860, muda-se Castilho para a Rua Nova de São Francisco de Paula, Lisboa. Nessa nova morada, muitos foram os encontros de poetas, músicos e todos aqueles que desejavam mostrar seus talentos aos críticos que dividiam o mesmo local:

aos sábados á noite, a casa de Castilho abria-se a todos que chegavam; e quem entrava levava sempre saudade á sahida. Era *banida a casaca* (expressão d'elle); e proscrito o jogo; n'este ponto então

era inexorável. Tocava-se, recitava-se, conversava-se e dançava-se; já não era pouco (Castilho, 1893, p. 615).

Esses encontros tiveram lugar em sua casa até a primavera de 1871. Por mais de uma década, Castilho mantém, com sucesso, uma sociabilidade no modelo inicial do oitocentos. A este tempo exercia com a habilidade da maturidade o apoio aos escritores, como foi o caso de vários jovens poetas, como Bulhão Pato, Tomás Ribeiro, e mesmo à distância, Machado de Assis, que teve seus versos lidos no salão da casa do poeta, e a quem agradeceu em carta:

guardo, como preciosíssimo título, a carta com que V. Ex. me honrou a propósito da minha ‘Ode de Anacreonte’. Merecer as boas vindas na casa do poeta que melhor conhece a antiguidade, se acaso podia ser uma ambição, estava longe de ser uma esperança. V. Ex. que já me havia animado quando ousei verter aquelles nossos amáveis deuses com as roupas de um século que os não adora nem ama, torna a animar me agora que a minha audácia foi além, querendo penetrar na vida íntima de um tempo que só mestres como V. Ex. conhecem (PT/ANTT/Coleção Castilho/Cx. 19/Mç 4/Doc 50).

Machado de Assis e António Feliciano de Castilho mantiveram estreita correspondência, de tal modo que o escritor brasileiro chamava ao português de “meu mestre”¹⁹.

O mercado editorial português precisava expandir-se. As editoras Bertrand e Rollandiana, por exemplo, aproveitaram os movimentos políticos do primeiro quartel do século XIX para a sua expansão, criando espaços de leitura que funcionavam como grêmios li-

¹⁹ Cf. Cunha (2014).

terários²⁰. Também Castilho criava espaços literários. Em todos os lugares onde residiu, abriu os salões para ensino da língua e rodas de Literatura. Para aumentar o consumo da Literatura, buscou aumentar também a população “letrada” em língua nacional. António Feliciano de Castilho plantava a boa semente, segundo ele, numa tentativa de salvar o povo da escuridão do analfabetismo com o seu livro-método. Ao mesmo tempo, caso seu método fosse aplicado em todas as escolas, e o povo se tornasse mais letrado, mais livros os escritores venderiam.

A prática do “sarau literário-cultural”²¹ e das assembleias criadas por António Feliciano de Castilho foram importantes para compen-sar as dificuldades da difusão da poesia, em um mercado onde a procura pela Literatura, além de limitada, concorria com o romance e o teatro, em ascensão no oitocentos.

A ESCRITA FEMININA, UMA OUTRA FRENTE DE APOIO DE CASTILHO

Nos dias atuais, muitas mulheres que foram “anarquivadas”²², escritoras do século XIX e início do XX, estão sendo trazidas ao público geral e já são tema de inúmeros trabalhos acadêmicos sobre suas vidas e obras. O que é preciso saber é que esse movimento tem uma ligação direta com António Feliciano de Castilho.

²⁰ Cf. Santos (1998).

²¹ Foi uma prática muito comum na sociedade oitocentista entre os aristocratas e os burgueses. Em casa de Castilho, os saraus tinham não apenas um local para se ler poesia ou ouvir música, mas sobretudo autores e autoras que buscavam sair do anonimato. O poeta renomado promovia grande divulgação desses eventos, fato que colaborava para uma frequência cada vez maior.

²² O termo “anarquivadas” é usado já há muito por Constância Lima Duarte, como exemplo temos “Arquivo de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada” (2007).

Quando jovem, Castilho participou dos salões da Marquesa de Alorna e de Francisca Possolo da Costa, as quais contribuíram para que ele viesse a ser um defensor da presença feminina na Literatura Portuguesa do seu tempo. Os salões dessas duas mulheres de prestígio eram frequentados por políticos, homens de letras e jovens artistas desejosos de reconhecimento e apoio financeiro para as suas publicações²³.

Nos espaços de Alorna e Possolo, Castilho absorveu conceitos do século XVIII, de assembleias, salões e academias. Os salões da Marquesa mantinham frequências como “literatos de variadas tendências, contando entre eles, liberais, maçons, católicos, governos anteriores e posteriores à revolução de 1820 e ex-exilados de diversas épocas” (Anastácio, 2002, p. 435), o que, segundo Vanda Anastácio, apontava para “juízos mais apressados” (Anastácio, 2002, p. 435) de ser a Marquesa conservadora por essa ter sempre se firmado como monárquica. O salão de Possolo possuía um cariz liberal, onde a circulação e divulgação de poetas previam maiores possibilidades, além da grande amizade que uniu Castilho e Possolo, como é possível comprovar pela epistolografia de ambos, depositado no espólio da família Castilho, na Torre do Tombo, em Lisboa.

A participação nesses dois salões inaugurou um novo movimento na trajetória de Castilho, ao entender que a participação feminina nas sociabilidades devia ser incentivada, e que a união familiar tinha o poder de ampliar a rede de contatos pessoais²⁴. Essas mulheres emblemáticas foram importantíssimas para o amadurecimento de

²³ Passaram pelos salões dessas duas senhoras Almeida Garrett e Alexandre Herculano, jovens que, com Castilho, formariam o tripé do romantismo português.

²⁴ Os irmãos Castilho sempre se apoiaram de forma a multiplicar a presença de todos no meio literário.

Castilho, aumentando o seu círculo de amigos e abrindo novas perspectivas para as suas próprias sociedades (Cf. Cunha, 2014).

Castilho foi o primeiro biógrafo de Maria Possolo da Costa, fato ocorrido pela amizade e convivência amiúde, que mantiveram desde que a conheceu em seu salão até o momento em que Francília (nome árcade de Possolo), após a morte do marido, em 1829, recolheu-se para a Quinta do Cartaxo, aonde veio a falecer em 19 de junho de 1838. Essa biografia foi escrita em forma de prefácio, sob o título “Notícia litteraria acerca da sra. D. Francisca de Paula Possolo da Costa” que precede a tradução de Fontenelle, feita por Francisca, com o título *Conversações acerca da pluralidade dos mundos*, publicado em 1841. Esse prefácio deixa clara a profunda amizade que unia os dois escritores, ao referir o sentimento de Castilho de “dever quasi religioso (...) de tecer hoje uma corôa de elogio a uma pessoa cara a todos os portuguezes, e a mim, o mínimo d’elles, carissima pelo longo trato litterario” (Castilho, 1904, p. 60).

O olhar de António Feliciano de Castilho para o feminino aponta para um lado liberal que fica mais evidenciado quando ele é aproximado dos seus contemporâneos: Almeida Garrett, por exemplo, tinha uma posição divergente de seu coetâneo, como explica Sérgio Nazar David, no livro *Correspondência familiar de Almeida Garrett* (2012). Este queria que sua filha tivesse uma posição aceitável naquela sociedade: “conheça bem o inglês e o francês (...) eu não te quero para doutora; só desejo que sejas boa, temente a Deus, que tenhas modos de senhora, e que cultives honestamente a inteligência que Deus te deu” (David, 2012, p. 78).

Veja-se o caso da escritora Maria Peregrina de Sousa, conhecida primeiramente pelo pseudônimo de *Obscura Portuense*, que se tornou conhecida ao publicar, na *Revista Universal Lisbonense – RUL*, uma série de “cartas” sobre o folclore do Minho. A essa altura o re-

dador do periódico²⁵ era António Feliciano de Castilho, que não poupou esforços para estabelecer amizade com a escritora e sua família, chegando mesmo a ir visitá-la no norte de Portugal. Entre Castilho e Peregrina a amizade foi tão forte que deu azo a uma correspondência que durou por toda a vida do poeta. O incentivo à Peregrina era que ela escrevesse cada vez mais, e ainda deu oportunidade para que fosse lida e reconhecida também no Brasil, a ponto tal de ter seu livro *Retalho do mundo* pago pela *Sociedade Madrépora*²⁶, no Rio de Janeiro. Por sua vez, Castilho fez de Peregrina não apenas a sua confidente, mas um elo entre ele e os intelectuais do norte de Portugal. Uma defensora incansável do escritor, procurava a todo o custo debelar qualquer imagem negativa que pudesse haver de Castilho. Peregrina foi uma leitora crítica dos livros do autor lisboeta, tecendo, ela e sua irmã, D. Maria do Patrocínio de Sousa, as melhores apreciações dos textos, em especial a tradução de *Os Fastos*. É importante ressaltar que *Os Fastos* contou com anotações de várias figuras femininas, como aponta Eduardo da Cruz:

[...] estão incluídas sete escritoras, responsáveis por 22 notas. São elas: Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), Henriqueta de Almeida, condessa de Oyenhausen (1789-1860), Maria do Carmo de Castro; Maria José da Silva Canuto (1812-1890); Maria do Patrocínio de Sousa (?-1866); Maria Peregrina de Sousa (1809-1886) e Matilde Isabel de Santana Vasconcelos (1805-1888) (Cruz, 2017, p. 147).

Maria José Canuto²⁷ foi outra discípula de Castilho. Escreveu com inúmeros pseudônimos nos periódicos da época até enfim assinar

²⁵ Cf. Cruz (2013).

²⁶ Essa Sociedade era uma instituição portuguesa, sem fins lucrativos, que divulgava a cultura portuguesa no Brasil.

²⁷ Sobre essa escritora, consultar Cruz (2018).

como Canuto. Foi uma educadora e levou a cabo o projeto do *Methodo Portuguez*, de seu mestre, muito provavelmente, também por ela ter sido sócia fundadora da *Associação Promotora da Educação Popular*, criada por Castilho em 1856. Canuto era uma mulher politicamente engajada na luta liberal e nas questões femininas. O apreço e respeito de Castilho para Canuto era tão grande que, em carta para sua filha Ida, aconselha: “como a menina é boa e muito arranjadinha, e aprendendo bem, o seu papásinho é muito amigo da menina, e quando fôr para Lisboa há-de lh’a levar uma coisa muito bonita; mas para lh’a dar é preciso que a menina saiba ler e escrever tão depressa como a Snr^a Canuto”²⁸.

A escritora portuguesa nascida em Cabo Verde, Antónia Gertrudes Pusich, também foi apoiada por António Feliciano de Castilho, publicando na *Revista Universal Lisbonense* seis poemas. Pusich foi a primeira mulher a dar o seu nome verdadeiro a uma publicação, assim como também fundou os jornais *Assembleia Litteraria*, *A Cruzada* e *A Beneficencia*. Nos editoriais da *Assembleia Litteraria*, por exemplo, é possível verificar a importância que Pusich dá à educação formal e às artes em geral, com um discurso muito semelhante ao de Castilho, tanto no *Methodo Castilho* como na importância do ensino iniciado no berço familiar, como vemos no editorial da escritora, em 18 de agosto de 1849:

a educação dos adolescentes é um dos principaes objectos que deve chamar attenção do Governo, e de todos aquelles em quem pesar tão alta responsabilidade. Paes, parentes, amigos, ou tutores, olhae bem para os meios que é mister empregar, para formar o espirito dos vossos menores, Ás mães, ás mães cumpre em pri-

²⁸ Em nota de rodapé à carta, Julio de Castilho, responsável pela organização e publicação do espólio do pai, anota: “esta boa senhora tinha a bondade de dar lições a Ida” (Castilho, 1910, p. 77).

meiro lugar o desempenho de tão sagrado, e gostoso dever (Pusich, 1849, p. 3)²⁹.

Pusich tinha tanto apreço pelo mestre Castilho que, em carta enviada a Alexandre Magno de Castilho, datada de 16 de setembro de 1853, escreve:

aonde aparecer o Astro – Castilho – não poderá o meu nome deixar de aparecer como satélite. Se Deus se dignou conferir-me alguma tenue porção de luz, grande genio que a descubrio e patentiou foi – Castilho – e eu não tenho sido ingrata, não tenho desmintido a confiança que elle em mim depositou. Sempre que eu entenda poder mostrar que sei merecer a sua estima, hade encontrarme como decidida amiga³⁰.

O pai da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho³¹, reconhecida por ser a primeira mulher a ocupar um lugar na *Academia de Sciencias de Lisboa*, pediu ao amigo António Feliciano de Castilho que ouvisse os versos de sua filha, que desde os doze anos de idade já escrevia. Em abril de 1866, já estava organizado um sarau para que a menina, então com 19 anos, pudesse ser ouvida. “Logo desde a primeira duzia de versos tinha a joven poetisa conquistado a assembleia, e dominava as atenções” (Castilho, 1901, p. 286). No ano seguinte, 1867, Maria Amália ingressou, pelas mãos de Castilho, na carreira literária com a publicação do livro *Uma primavera de mulher*.

²⁹ Subfundo do Instituto de Coimbra – Caixa do ano de 1850. Documento autógrafa de 17 de setembro. E2/P1/Cx5.

³⁰ Subfundo do Instituto de Coimbra – Caixa do ano de 1850. Documento autógrafa de 16 de setembro. E2/P1/Cx5.

³¹ Cf. Reis (2012).

A essa altura contava Castilho com 67 anos. Passou então a Tomaz Ribeiro a responsabilidade de escrever um prefácio a essa obra, intitulando-o “Conversa de Reposteiro”. Castilho assinou apenas uma carta que faz parte da paratextualidade do livro, com grandes elogios, inclusive a si mesmo:

estou ufano com o poema; ufano com a introdução; a ponto de dar parabens á estrella de todos os tres, que desta vez me inihbo de ter a honra de ser eu o apresentante desta juvenil Muza, que nos sahio inesperada como as Dryades, dos troncos da sua floria sociedade.

Uma coisa tenho agora que reivindicar para a minha gloria, pois bem sabem que me é devida: fallo do titulo do poema; tinha querido a nossa poetisa que eu lh’o baptisasse; fui eu que lhe impuz o nome, duas vezes bem merecido, de – *Uma Primavera de Mulher* (Carvalho, 1867, p. 48).

Se houve orientação de Castilho na composição da “Conversa ao Reposteiro”, redigida por Tomás Ribeiro, não sabemos dizer ao certo. Entretanto, em carta enviada de Paris à jovem escritora, em 26 de novembro de 1866, ele conta que, embora esteja muito atarefado com todas as suas atividades e encontros literários na capital francesa, quer ter notícias da “nossa Primavera de Mulher” (grifo do autor):

está-se já imprimindo? e se se está imprimindo já, em que alturas vai? Que é o que antecede ao poema, não pressuposto de lhe anteceder alguma coisa? Que fez ou faz para o livro o nosso Thomaz Ribeiro? E isso que elle fez ou que ha de fazer que extensão tem, como é, e em que parte do volume tem de ser collocado? Acredite V. Ex^a que para eu a importunar com todas essas perguntas, é forçoso que a isso me obrigue alguma razão mais forte que a da mera curiosidade (PT/ANTT/Coleção Castilho. Cx 67 Mç 1 n. 20 -6).

Castilho passou a ser o elo entre Maria Amália e Tomaz Ribeiro, mas a jovem também aprendeu com o mestre Castilho a importância das sociabilidades e, já casada com Gonçalves Crespo, uniu-se ao grupo da Geração de 70. Abriu um salão com seu marido, cujos frequentadores eram Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro e outros nomes, amigos de Crespo da Universidade de Coimbra. A correspondência com o velho Castilho foi espaçada, afinal ela pertencia ao grupo contrário. Ainda assim, Castilho continuou a incentivar que Maria Amália não desistisse de escrever, após a morte de seu marido, em 1883.

AFINAL, UM APAGAMENTO JUSTO?

A vida e a obra de António Feliciano de Castilho entrelaçam-se com a história do Portugal oitocentista e fazem parte da fundação do movimento romântico do país e do confronto com o realismo. Acontece que as histórias literárias são uma narrativa crítica cheia de lugares-comuns, e um deles é repetir que António Feliciano de Castilho é um escritor imitador, falho de originalidade, um “árcade póstumo”, protagonista e mentor de uma literatura (poesia) ultrarromântica, excessivamente sentimental e com uma retórica esgotada. Castilho vivenciou grandes mudanças internas apontadas por ele mesmo ao longo de seus prólogos ou conversações preambulares. Ele acompanhou as metamorfoses de seu tempo, quando os intelectuais que passaram pelas revoluções burguesas se sentiam na obrigação de democratizar a educação e o conhecimento. Participou da intervenção cultural para a ampliação do circuito literário, através da produção em série da Literatura, acompanhando, assim, o novo discurso da *intelligentsia* que tirava proveito do interesse popular, ligado mais à forma do que ao conteúdo.

Não resta dúvida de que o autor foi um convicto empreendedor das letras, um lutador contra o analfabetismo, um homem que acredita-

va na *Felicidade da agricultura* (1849) e na *Felicidade pela instrução* (1854). Lançou-se no combate da educação para todos e quis oferecer à sociedade um livro-método que agradaria, como afirmaria mais tarde em seu livro *O Outono*, ao governo, às famílias, aos empregados e aos soldados. Escrever e publicar o seu *Methodo de Ensino* não foi o mais difícil, mas sim defender a sua ideia de que era o caminho melhor para o ensino em Portugal e no Brasil.

A preocupação com o mercado das letras, a defesa da profissão de escritor, o interesse na formação de um público leitor, a atenção ao comércio e à circulação de livros e o apoio à participação feminina na produção literária oitocentista são opções claras de António Feliciano de Castilho. O seu projeto literário era munido de engrenagens que se encaixavam com perfeição. Aproveitou as boas ligações familiares na construção das suas sociedades literárias, e com os donos de salões que frequenta mantém a amizade. Com isso, pode fazer circular o seu material poético, assim como os de outros amigos ou achegados, formando uma grande rede social e cultural.

O trabalho de Castilho na difusão da escrita feminina já seria representativo para alçá-lo a um lugar mais positivo, mas os duros olhos da Geração de 70 não deram valor a nada com a marca castilhiana. Não quiseram tratar da questão feminina, talvez mesmo porque o grupo do *Cenáculo*, mais tarde automeado “Vencidos da Vida”³², não referia o nome de uma mulher sequer, pelo menos não amiúde. Não há registro de nomes de mulheres nas atas da Conferência do Casino no sítio Parlamento da República Portuguesa. Assim como não há registros de mulheres presentes no evento.

Castilho enfrentou, ao longo de sua vida, lutas diversas para a afirmação do mercado literário, tão cambiante no Portugal da época,

³² Expressão cunhada por Oliveira Martins. Cf. Martins (2023)

incentivou a participação das mulheres e por elas foi incentivado a insistir na senda poética. As polêmicas em que se envolveu, os temas que defendeu, atualíssimos para o seu tempo, fazem-nos acreditar que Castilho não foi considerado como deveria pelas gerações subsequentes. E Teófilo Braga jogou a pá de cal sobre o nome de António Feliciano de Castilho, ao chamá-lo de “Árcade Póstumo”, em sua *História do romantismo em Portugal*.

Singularmente, não foi apenas a Geração de 70 que buscou o apagamento de Castilho. Geração após geração, no século XX, a crítica sempre que se defrontou com o autor oitocentista, execrado em alguma esquina do século XIX, só fez repetir as críticas de Teófilo Braga e de Antero de Quental, sem ao menos indagar se haveria algo a reconhecer nas obras e nas atividades que Castilho exerceu desde jovem até sua morte em 1875. Sua vida praticamente atravessou o século XIX, mas a crítica literária moderna rejeita a revisão de sua obra ou de sua atuação, e só poucos, em Portugal – como, por exemplo, David Mourão-Ferreira, Fernando Venâncio e Carlos Castilho Pais – e no Brasil – Ida Alves, Ana Comandulli e Eduardo da Cruz³³ – buscaram rever e reavaliar o que ele realmente produziu e em quais contextos e condições. É certo que não desconsideram que a obra extensa e a diversidade de assuntos tratados pelo autor, numa linguagem muitas vezes profusa, exigem muita paciência dos analistas e há que separar o trigo do joio para evidenciar o que importa recuperar em seu trabalho.

³³ Lembramos que esses pesquisadores, ligados ao Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras – PPLB, sediado no Real Gabinete Português de Leitura, desenvolveram trabalhos sobre Castilho a partir de um extenso conjunto de cartas, parcialmente inéditas, existentes no acervo manuscrito do RGPL. São cartas dirigidas a Camilo Castelo Branco, nas quais se ouve a voz entusiasta de Castilho sobre tudo o que lhe interessa. Ver também livro organizado por Alves e Cruz (2014).

Sem dúvida, para um literato que teve tanta ressonância e atuação profissional/artística em seu tempo de vida, a negação completa de seu valor por um jovem escritor da segunda metade do século XIX, que se tornaria um figura política destacada, foi uma obra implacável de rasura, censura e desprezo. Esse cancelamento *avant la lettre* terá sido realmente justo para perdurar até hoje? Consideramos que não e que, por isso, é sempre necessário rediscutir o cânone e a crítica consolidada, questionando seus valores e seus pontos de vista. É salutar, para o campo das ideias estéticas luso-brasileiras, buscar movimentar a história literária da língua portuguesa para reler, repensar e reavaliar, com outros parâmetros e sem paixões exacerbadas, obras e autores, vidas literárias que, a seu modo e em seus limites individuais, sociais e culturais, contribuíram e contribuem para a cultura partilhada. No lugar do cancelamento indiscutível, seria mais prudente buscarmos a inclusão e o debate qualificado de ideias e práticas, tanto no campo artístico quanto no âmbito da vida cotidiana.

RECEBIDO: 28/05/2025

APROVADO: 03/06/2025

REFERÊNCIAS

ALVES, Ida; CRUZ, Carlos Eduardo da. *Para não esquecer Castilho*. Niterói: EdUFF, 2014.

ANASTÁCIO, Vanda. “Mulheres Varonis e interesses domésticos” (Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras da viragem do século XVIII para o século XIX). *Cartographies. Mélanges offerts à Maria Alzira Seixo*, Lisboa, p. 537-556, 2002.

BRAGA, Theophilo. *As theocracias literárias*. [S. l.]: Typographia Universal, 1865. p. 8. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/25240>. Acesso em: 02 jun. 2025.

BRAGA, Theophilo. *Historia do romantismo em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880. Disponível em: <https://archive.org/details/historiadoromantoobraguoft/page/2/mode/2up>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRANCO, Camilo Castelo. *Folhas cahidas apanhadas na lama por um antigo juiz das almas de campanha e sócio actual da assemblea portuense, com exercício no palheiro. Obra de quatro vitens e muita instrução*. Porto: Typographia de F. G. da Fonseca Rua das Hortas N.º 152 e 153, 1854.

CARVALHO, Maria Vaz de. *Uma primavera de mulher*. Lisboa: Tipographia Franco-Portuguesa, 1867.

CASTILHO morreu há cem anos – parte ii. 2 ago. 1975 *In*: RTP Arquivos, [Portugal], c2025. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/castilho-morreu-ha-cem-anos-parte-ii/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

CASTILHO, António Feliciano de. *A noite do castelo e Os ciúmes do Bardo*. Lisboa: Typ. Lisbonense A. C. Dias, 1836.

CASTILHO, António Feliciano de. *A primavera*. 2. ed. Lisboa: A. I .S. de Bulhões, 1837.

CASTILHO, António Feliciano de. Conversação Preambular. *In*: RIBEIRO, Thomaz. *D. Jayme ou A dominação de Castella (poema)*. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1862.

CASTILHO, António Feliciano de. Crítica literária – Carta do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Antonio Feliciano de Castilho ao editor. *In*: CHAGAS, Pinheiro. *Poema da Mocidade*. Lisboa: Livraria A.M. Moreira, 1865. p. 181-243. Disponível em: <https://archive.org/details/poemadamocidadesoopinh/page/180/mode/2up>. Acesso em 5 maio 2025.

CASTILHO, António Feliciano de. *Felicidade pela agricultura*. Ponta Delgada: Typ. Da Rua das Artes, 1849.

CASTILHO, António Feliciano de. *Felicidade pela instucção*. Lisboa: Typ da Academia R. das Sciencias, 1854.

CASTILHO, António Feliciano de. *Methodo portuguez Castilho*. Lisboa: Emp. Da Historia de Portugal, 1853.

CASTILHO, António Feliciano de. *Noticia litteraria acerca da Sr^a D. Francisca de Paula Possolo da Costa, em conversações sobre a pluralidade dos mundos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1841.

CASTILHO, Julio de. *Memórias de Castilho*. Livro IV (1841 a 1847). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1893. v. XL.

CASTILHO, Julio de (org.). *Obras completas de António Feliciano de Castilho*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1903-1910.

CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. *Felicidade pela Imprensa: Romantismo na Revista Universal Lisbonense de A.F. de Castilho (1842 – 1845)*. 2013. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. *Maria José Canuto (1812-1890)*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2018.

CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. “Um ‘brilhante congresso’: escritoras portuguesas no projeto de António Feliciano de Castilho para sua versão d’*Os Fastos* ovidiano.” *Soletras Revista*, (Rio de Janeiro), n. 34, p. 141-165, jul-dez. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/soletras/article/view/30436/22292>. Acesso em: 3 jun. 2025.

CUNHA, Ana Cristina Comandulli da. *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina*. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

DAVID, Sérgio Nazar. *Correspondência familiar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

DUARTE, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquizadas: histórias de uma história mal contada. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, DF, n. 30, p. 63-70, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/issue/view/859>. Acesso em: 26 maio 2025.

GARRETT, João Baptista de Almeida. Extrato do discurso de apresentação do “Projecto de Lei sobre a propriedade Litteraria e artistica”. 18 maio 1839. In: FAGULHA, João (coord.). *Contratos e direitos de autor* Lisboa: Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul, 2016. p. 2-3. Disponível em: https://oasrs.org/media/uploads/3_CT_Contratos.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

GARRETT, João Baptista de Almeida. *Romanceiro*. Lisboa: Casa da Viúva Bertand e Filhos, 1853.

HERCULANO, Alexandre. *Da propriedade litteraria e da recente convenção com França*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

HOMEM, Amadeu Carvalho. *Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Antero de Quental: diálogos difíceis*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

INSTRUCÇÃO popular. *O Panorama*, Lisboa, v. 1, 1. Série, n. 5, p. 36-37, 3 jun. 1837.

LIVRARIA Classica Portuguesa. *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, n. 47, p. 569-570, 12 jun. 1845.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. Vencidos da vida ou vencedores? In: ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA (ed). *Memória da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Letras*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2023. t. XLIV, p. 147-152. Disponível em <https://www.acad-ciencias.pt/books/vencidos-da-vida-ou-vencedores/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PORTUGAL. *Constituição Política da Monarchia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

PORTUGAL. *Constituição Política da Monarchia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838.

PUSICH, Antónia Gertrudes. Eudacação. *A Assembléa Litteraria*, Lisboa, n. 3, p. 3, 18 ago. 1949.

QUENTAL, Antero. *Bom-senso e bom-gosto: carta ao Excellentissimo Senhor António Feliciano de Castilho*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865.

REIS, Bianca Santos Coutinho dos. *Cérebros e Corações: a ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, António Ribeiro dos. Antero e Castilho: convergências em duas tentativas de Pedagogia Social. *Colóquio/Letras*, n. 123-124, p. 37-51, jan. 1992a.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos. A Elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX. *Análise Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, v. XXVII, n. 116-117, p. 539-546, 1992b.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade dos Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1998.

SOARES, Mário. *As ideias política de Teófilo Braga*. Centro Bibliográfico: Lisboa, 1950.

MINICURRÍCULO

ANA COMANDULLI é Doutora em Estudos de Literatura (Literatura Comparada) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com ênfase no escritor António Feliciano de Castilho e sua presença nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidade e difusão da escrita feminina. É pesquisadora do Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras do Real Gabinete Português de Leitura, onde desenvolve pesquisa sobre Maria Peregrina de Sousa e António Feliciano de Castilho. É investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, onde realizou Estágio Pós-Doutoral, sob supervisão da Profa. Dra Vanda Anastácio. Integra os Projetos de Pesquisa *Escritoras Portuguesas na imprensa periódica do Brasil: Laços Transatlânticos de ação (1890-1930)* – UERJ; *Escritoras em Português* – página CEC FLUL, Lisboa; e *Portugueses de Papel* – CLEPUL – Lisboa.

IDA ALVES é Professora Titular de Literatura Portuguesa, Instituto de Letras, UFF, onde atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação Estudos de Literatura. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras, PPLB, sediado no Real Gabinete Português de Leitura. Autora e coautora (organizadora) de diversos livros, capítulos e artigos em revistas acadêmicas brasileiras e estrangeiras sobre poesia portuguesa moderna e contemporânea, além de estudos de paisagem nas literaturas de língua portuguesa. Em 2014, coorganizou com Eduardo da Cruz a coletânea de estudos *Para não esquecer Castilho* (Niterói: EdUFF), a partir de projeto de pesquisa desenvolvido no acervo de manuscritos do Real Gabinete Português de Leitura.